

Resolução Final do 11º Congresso Nacional da COSATU¹

Um apelo à ação!

Os 3.000 delegados, representando 2,2 milhões de trabalhadores, provenientes de locais de trabalho em todos os setores da economia, das grandes e pequenas cidades e das áreas rurais, reunidos no 11º Congresso Nacional da COSATU, falando a uma só voz, conclamamos nossos membros e todos os trabalhadores a apoiarem este apelo à ação. Os trabalhadores do nosso país têm falado, e COSATU, a entidade que os representa, os escutou. Temos confundido muitas previsões que podem devorar o nosso movimento!

Encontramo-nos em um momento de crise econômica global e enormes desafios internos, que por um lado agravam a nossa crise tripla: a pobreza, o desemprego e a desigualdade. Por outro lado, o espaço agora se abriu para que os países busquem alternativas econômicas radicais. O momento de agir é agora! Depois de 18 anos de liberdade, a paciência de nosso povo está se acabando!

O 11º Congresso Nacional da COSATU - Parlamento dos Trabalhadores - declarou: Não estamos dispostos a tolerar níveis maciços de desemprego! Queremos que os agentes de trabalho sejam banidos agora! Não vamos aceitar a pobreza generalizada! Não podemos conviver com níveis grotescos de desigualdade que nos tornaram a sociedade mais desigual do planeta!

Seja nas distantes zonas rurais ou em favelas urbanas, os trabalhadores reclamam que não mais estão dispostos a tolerar salários miseráveis:

Os trabalhadores da mineração, que produzem nossa riqueza no ventre da terra, estão ganhando uma pequena fração do excedente da produção.

¹ Congresso f South African Trade Union (Congresso do Sindicatos Sul-africanos), principal Central Sindical da África do Sul (N.T.)

Os camponeses, que produzem o nosso alimento, trabalham em condições próximas ao trabalho escravo.

Trabalhadores do comércio e varejo, a maioria mulheres em trabalho precário, sem os benefícios básicos, mal conseguem o suficiente para pagar seu transporte.

Trabalhadores da segurança, que zelam pela nossa proteção, e trabalhadores dos transportes, que nos conduzem aos nossos locais de trabalho, cumprem jornadas incrivelmente longas horas e recebem uma ninharia.

Nossos enfermeiros, professores e policiais não estão sendo pagos, de forma justa, pelos valiosos serviços que prestam.

A maioria destes trabalhadores, juntamente com os operários da indústria têxtil, de vestuários, das fundições, e incontáveis fábricas em todo país trabalham muitas horas e enfrentam condições de risco, por ínfimos salários. Mais da metade dos operários da África do Sul recebe menos de R3000 por mês!²

A demanda dos trabalhadores é que a população compartilhe a riqueza do país. Os membros da COSATU manifestam-se, nos vários níveis das nossas estruturas, demonstrando sua falta de paciência, por meio de greves e protestos, deixando uma mensagem clara:

Exigem o fim dos salários de fome que afetam principalmente a classe operária negra. Demandam que os sindicatos não poupem esforços para lutar contra esses salários miseráveis e condições de trabalho próximas à escravidão, na maior parte dos setores da economia.

Os trabalhadores nos dizem que estão fartos da promessa não cumprida da implementação da Carta da Liberdade. Exigem uma mudança radical em suas condições socioeconômicas e a criação de um Estado de com

² R3000 = 3.000 Rands (moeda da África do Sul) equivalente a cerca de R\$ 720,00 (N.T.)

desenvolvimento vigoroso, que intervenha decisivamente em setores estratégicos da economia. Isso requer uma mudança radical na política econômica e a implementação plena da Carta da Liberdade! Os trabalhadores deixam uma forte mensagem de que a liberdade política pode em breve tornar-se inexpressiva, sem a liberdade econômica.

As classes trabalhadoras exigem a abolição do *apartheid*³ na malha salarial, a criação de instituições fortes de negociação coletiva em todos os setores da economia, e proteção social abrangente para os desempregados!

Demandam também uma ação decisiva para acabar com as práticas abusivas particularmente dos agenciadores de trabalho, a precarização e a superexploração dos trabalhadores mais vulneráveis!

Exigem a criação de condições de vida dignas nas áreas rural e urbana, além de medidas urgentes para enfrentar a crise no sistema público de saúde, empenho para resolver a crise da educação, em particular a disfuncionalidade da maioria dos profissionais da área escolar; e prover o transporte acessível e eficiente, para que os trabalhadores não mais estejam expostos à carnificina no trajeto para as escolas; querem provisão de moradias próximas aos seus locais de trabalho, para por fim à segregação espacial.

Clamam por sindicatos fortes, sob o controle dos trabalhadores, em todos os setores! Querem seus sindicatos como o foco principal na luta por melhores salários e condições de trabalho, e a defesa de seus empregos.

Demandam um governo local responsável, com autoridades e funcionários abnegadamente dedicados a melhorar as condições de trabalho, dando início a uma série de campanhas conjuntas destinadas a transformar a situação atual.

Os trabalhadores estão fartos de corrupção, que é um programa de elite destinado a explorar os pobres. Não veem com simpatia as exposições

³ Separação; regime de segregação racial na África do Sul (N.T.)

escandalosas de consumos de bens públicos pela elite, uma mensagem clara que mostra que os mais favorecidos não se preocupam com a pobreza.

Esperam ansiosamente ouvir a notícia de que os agenciadores de empregos foram banidos.

Sabemos que não podemos nos dar ao luxo de travar batalhas tolas um contra o outro, enquanto a casa está pegando fogo. Concordamos que uma agenda radical de transformação socioeconômica deve ser o elemento central da segunda fase da nossa transição democrática! Denominamos esta fase de nosso 'momento Lula', para caracterizar uma transformação de sucesso, que mudou a vida de milhões de trabalhadores e camponeses no Brasil.

Nós, os trabalhadores aqui reunidos aqui, comprometemo-nos a levar a frente um programa de ação unida e radical para atender as demandas legítimas dos trabalhadores e engajar as nossas comunidades e o mais amplo movimento democrático, para nos apoiar nestes esforços. O programa de ação será baseado nos seguintes quatro pilares:

I. Abolir o *Apartheid* da Malha Salarial: Implantar um Salário Mínimo Digno!

Muitos trabalhadores e suas famílias estão vivendo na pobreza. É totalmente inaceitável que a metade de todos os trabalhadores empregados receba 3000 Rands por mês, ou menos, o que significa que a maioria dos trabalhadores sul-africanos não pode suprir as necessidades básicas para sua subsistência. Lutar contra os baixos salários está no cerne do combate à pobreza e à desigualdade.

O 11º Congresso da COSATU concorda com estas medidas urgentes para abolir a segregação na malha salarial, implantando uma estrutura mais equitativa. Como tópico de extrema urgência, tomaremos as seguintes medidas:

Convocar uma negociação nacional, campanhas e organizar uma Conferência antes do final do ano, e um CEC⁴ especial após este Congresso, entre outros passos, de forma a analisar as propostas sobre medidas para transformar a estrutura salarial e criar uma nova política de salarial nacional. Estas propostas incluem um salário mínimo nacional, a negociação coletiva centralizada obrigatória, bem como garantir proteção social aos desempregados. O salário mínimo nacional, se adotado, estaria ligado a um nível mínimo de necessidades de subsistência, como um piso salarial básico, acima do qual, os afiliados negociarão os níveis salariais setoriais.

Todos os afiliados da COSATU devem rever urgentemente os salários e as estratégias de negociação coletiva em seus setores e desenvolver demandas para levar adiante este programa de transformação de nossa estrutura salarial. Isso incluirá estratégias inovadoras de negociação que se afastem de uma dependência excessiva em porcentuais de aumentos para todos os níveis hierárquicos, questionando sistemas intrincados de classificação discriminatória na malha salarial.

Convocaremos reuniões urgentes com o governo e o CNA⁵, no mais alto nível, para discutir o desenvolvimento de uma nova política salarial para o país, destinada à transformação deliberada e sistemática da estrutura salarial atual de segregação.

O Congresso expressa a sua determinação em proteger a integridade da negociação coletiva e resistir a todas as tentativas por parte dos empregadores para miná-la. Reafirmamos a luta, uma arma de ataque, como sendo a principal ferramenta de exercício do poder que os trabalhadores têm à sua disposição. Foi acordado que precisamos intensificar a nossa solidariedade a greves, que devemos fortalecer campanhas para as emendas à Lei das Assembleias, e investigar o estabelecimento de fundos de greve viáveis, no âmbito de uma ampla política nacional.

⁴ Comitê Central Executivo (sigla CEC em inglês) (N.T.)

⁵ ANC no original - Congresso Nacional Africano. (N.T.)

II. Transformação Socioeconômica Radical: As Pessoas Devem Compartilhar a Riqueza do País!

Estamos de acordo, com nossos parceiros da Aliança, que o núcleo desta segunda fase radical da transição da nossa Revolução Democrática Nacional deve apresentar uma mudança econômica fundamental, para transformar a estrutura da nossa economia e enfrentar a crise tripla: a pobreza, o desemprego e a desigualdade.

Embora tenhamos feito progressos importantes nas áreas da democracia, dos direitos humanos e de benefícios sociais, graças aos esforços de nossa Aliança e do governo do CNA, a vida do trabalhador não mudou do ponto de vista socioeconômico. Como resultado das falhas estruturais da política econômica herdada do colonialismo e do *apartheid*, das desastrosas políticas neoliberais do projeto da classe de 1996 e da crise mundial do capitalismo, os trabalhadores enfrentam cada vez mais o desemprego em massa, a pobreza generalizada e a desigualdade.

Os níveis chocantes de pobreza, desemprego e desigualdade estão presentes no núcleo dos protestos mais e mais violentos a que assistimos tanto nos locais de trabalho, quanto nas comunidades. Isto está criando verdadeiras bombas armadas em contagem regressiva para a detonação, como provam os acontecimentos na indústria de mineração e os protestos crescentes na área de prestação de serviços.

Com toda a clareza ainda não chegamos perto de realizar as demandas da Carta de Liberdade, que prevê:

“O povo deve compartilhar a riqueza do país;

A riqueza nacional do nosso país – herança dos sul-africanos, precisa ser restaurada para o povo;

A riqueza mineral existente sob o solo sul-africano, os bancos e o monopólio industrial devem ser transferidos para a propriedade do povo como um todo;

A indústria e comércio, em sua totalidade, devem ser controlados de forma a beneficiar o bem-estar da população.”

Baseado nestas premissas, este Congresso resolve implantar um programa de ação para conduzir a mudança econômica radical alinhado às demandas da Carta da Liberdade. As exigências-chaves incluem:

A conclamação para a intervenção estatal decisiva nos setores mais importantes da economia, inclusive uma abrangente nacionalização estratégica e propriedade estatal, e o uso de uma variedade de alavancas macroeconômicas, entre outras, de que o Estado dispõe e que podem ser implantadas para regularizar e canalizar o investimento, a produção, o consumo e o comércio, para conduzir a industrialização, o desenvolvimento sustentável, a geração de emprego digno e o desenvolvimento regional, quebrando assim padrões históricos de exploração colonial e dependência.

A necessidade urgente de uma reforma radical em nossa política macroeconômica, em sintonia com a mudança econômica, que todos concordamos que precisa acontecer. Com esta finalidade, devemos nos envolver, juntamente com os nossos parceiros e aliados, na Conferência do CNA em Mangaung⁶, sobre o tema da revisão da política macroeconômica.

A mudança econômica radical exige que, institucionalmente, o Tesouro – que constitui o maior obstáculo para o programa econômico do governo – seja urgentemente realinhado; com um novo mandato para o Banco Central, que deve ser nacionalizado, e renovação da Comissão Nacional de Planejamento, de forma a realinhar o plano nacional, de acordo com a mudança radical econômica proposta. Aspectos da Nova Via de Desenvolvimento também precisam ser rearranjados conforme o novo

⁶ Conferência eletiva a ser realizada em dezembro/2012. (N.T.)

quadro da macroeconomia. Todas as empresas estatais e as instituições financeiras de desenvolvimento nacionais precisam de novos mandatos.

Medidas urgentes devem ser tomadas para reverter a atual paralisação de investimento e exportação de capital sul-africano. Há atualmente 1,2 trilhão de Rands ocioso, como excedente de verbas de projetos sociais, que os empregadores se recusam a investir. Essas medidas devem incluir controles de capital e medidas destinadas a investimento previsto, e penalização de especulações.

A introdução urgente de uma seguridade social abrangente.

Este congresso resolveu apresentar em sua Seção 77 a resolução sobre as demandas por uma mudança radical da política econômica, incluindo:

Sobre o papel do Tesouro, a política monetária e o Banco Central;

Intervenção do Estado em setores estratégicos, incluindo uma ampla nacionalização;

Medidas que assegurem benefícios, tais como as taxas de exportação de minérios;

Canalização dos fundos de pensão em investimento produtivo;

Reforma agrária abrangente e medidas que assegurem a seguridade alimentar; e

A implementação mais eficaz de todas as ferramentas do Estado para avançar a industrialização e a criação de trabalho digno e em grande escala.

O CEC vai aprimorar a Seção 77, numa resolução com base nessa e outras demandas socioeconômicas que foram levantadas pelo 11º Congresso.

O 11º Congresso salienta a decisão do Tribunal Constitucional de permitir a cobrança eletrônica de taxas de pedágios e adverte o governo para não validar este tipo de cobrança, enquanto as negociações estiverem em andamento. Envidaremos todos os nossos esforços para reverter o pedágio regressivo sobre os trabalhadores nas viagens de ida e volta ao trabalho.

Ao mesmo tempo, o 11º Congresso é incentivado por alguns novos rumos na política do governo, incluindo alguns passos no sentido de uma estratégia coerente de beneficiamento, aquisição local, um programa de infraestrutura alinhado a uma estratégia de industrialização e desenvolvimento, o Plano de Ação Política Industrial (IPAP), e o início de uma nova abordagem para o desenvolvimento regional.

No entanto é necessária muito mais urgência. Além disso, o Congresso está convencido de que estas iniciativas só têm o seu pleno impacto no contexto de uma estratégia macroeconômica adequada, através da qual o Estado seja capaz de maximizar o impacto do desenvolvimento de suas intervenções na economia. Algumas alterações precisam ser feitas na legislação que visa a cercear o capital monopolista, para fortalecer e ampliar a competitividade das autoridades.

Em termos de poupança coletiva dos trabalhadores nos comprometemos a trabalhar no sentido de:

Consolidação dos fundos de pensão e criação de um centro de investimento desses fundos de aposentadoria no setor privado, ao longo das linhas da Corporação de Investimento Público (PIC), que tem como objetivo direcionar a poupança dos trabalhadores em direção ao investimento produtivo e desenvolvimento.

O estabelecimento de um Banco dos Trabalhadores.

O Congresso exige uma estratégia regional coerente para promover o desenvolvimento econômico e a industrialização na África do Sul,

beneficiando o mercado africano. Solicitamos o envolvimento dos sindicatos africanos nos processos de desenvolvimento do continente.

III Construir Sindicatos Fortes Controlados pelos Trabalhadores: Organizar ou Morrer de Fome!

O 11º Congresso afirma que é apenas por meio de organizações fortes, controladas pelo trabalhador e da unicidade que os trabalhadores poderão obter ganhos e, sobretudo, defender e sustentar esses ganhos ao longo do tempo. Vamos, portanto, embarcar em uma unidade organizacional concertada para consolidar, desenvolver e democratizar ainda mais nossas organizações; e estendê-las para áreas onde os trabalhadores estão desorganizados, agindo decisivamente para combater práticas ou condições que levem à desunião dos trabalhadores ou à fragmentação das nossas organizações.

Este Congresso, portanto, conclama a todos nós para que voltemos ao básico, concentrando-nos efetivamente em questões de trabalho, organização e recrutamento, para prestar um bom serviço aos nossos membros, e implementar o nosso plano de 2015! Somente através da construção de uma organização forte e unificada, os trabalhadores terão uma força-motriz eficaz para impulsionar as mudanças que queremos ver no local de trabalho, na economia e em um nível político.

O 11º Congresso aspira a uma mudança de mentalidade na COSATU, para garantir maior foco nas expectativas de nossos membros no local de trabalho, tal como articulado na Avaliação dos Trabalhadores 2012. Isto inclui a necessidade de luta por uma maior proteção do emprego e do piso salarial. Precisamos garantir uma maior solidariedade e unidade na ação. Precisamos criar uma liderança mais visível e interativa. Temos que nos comunicar mais eficazmente com os nossos membros.

Para tanto, comprometemo-nos a combater:

A distância social entre os dirigentes e seus membros, criando formas mais abrangentes de prestação de contas e controle dos trabalhadores;

A burocratização das nossas estruturas, no âmbito dos sindicatos e/ou federações afiliados, para garantir a continuidade da campanha e mobilizar as organizações;

A conduta divisionista e antidemocrática em nossos sindicatos, que tenta minar a unicidade dos trabalhadores, ou criar sindicatos dissidentes;

Comprometemo-nos a:

Construir sindicatos fortes sob controle dos trabalhadores, com foco em questões de interesse para os nossos membros, no local de trabalho, e em níveis socioeconômicos e políticos;

Organizar os trabalhadores não organizados, especialmente os camponeses e outros trabalhadores vulneráveis e superexplorados, e trazer todos os trabalhadores sob a égide desta poderosa Federação.

O 11º Congresso demanda que o CEC desenvolva uma estratégia detalhada para os próximos três anos, visando a levar adiante, de forma sistemática, o Plano de 2015, e acompanhe a implementação desta estratégia, para apresentar um relatório sobre o progresso em nosso Congresso de 2015. Há também a exigência para que o CEC atualize o Plano de 2015, em conformidade com as condições atuais e as discussões e resoluções deste Congresso.

O 11º Congresso concordou que as novas metas de recrutamento precisam ser definidas para cada setor, e que as organizações afiliadas devem relatar regularmente ao CEC, o andamento do recrutamento. Foi ainda acordado que devemos visar em particular às seguintes categorias de trabalhadores para o recrutamento: trabalhadores jovens, mulheres trabalhadoras, trabalhadores vulneráveis (aqueles muito mal pagos, sem contratos, em

tempo parcial, sazonais etc.), os trabalhadores migrantes e imigrantes, incluindo os estrangeiros.

É preciso firmar com urgência um compromisso com o governo para assegurar que o Departamento do Trabalho tenha recursos adequados para desenvolver a capacidade necessária para implementar as leis trabalhistas, especialmente aquelas destinadas a proteger os trabalhadores mais vulneráveis.

Sobre a organização, direção e membros, o 11º Congresso concordou em tomar medidas para melhorar todos os níveis de serviço. Precisamos garantir que os recursos adequados sejam investidos na formação apropriada dos delegados sindicais, organizadores e dirigentes.

Quanto às estruturas locais e provinciais e atividades da COSATU, destacou-se que elas formam o motor propulsor da Federação e exigem o máximo apoio. O Congresso demanda que o CEC garanta sua devida capacitação e verifique os recursos que lhes são atribuídos, para que possam desempenhar plenamente o seu papel.

Como um meio de promover a unicidade dos trabalhadores e a solidariedade internacional, o 11º Congresso resolveu manter a filiação da COSATU à Confederação Sindical Internacional - CSI e, além disso, concordou, em princípio, que se filiará à FSM. O CEC vai investigar as modalidades de aplicação desta decisão. A COSATU procurará usar a sua influência no âmbito internacional, para construir uma maior cooperação, com a finalidade de reforçar a unicidade entre as organizações internacionais de trabalhadores.

Em relação à atual crise no setor de mineração, e a situação pós-Marikana, o 11º Congresso observa que organizacionalmente, a história da luta dos trabalhadores na África do Sul mostra que:

Greves selvagens e explosões de reivindicações não orientadas de trabalhadores, ainda que possam obter ganhos significativos no curto

prazo, os deixará isolados, vulneráveis em longo prazo e expostos a táticas de perseguição e ataques violentos por parte dos empregadores, se esta militância não for transformada em uma organização sustentável, em todos os setores empresariais, comerciais e industriais. Não há atalho na luta dos trabalhadores que não seja a construção de sindicatos fortes controlados pelo trabalhador.

A COSATU é a Federação escolhida pela grande maioria dos trabalhadores organizados no país. Portanto, os trabalhadores que constroem a sua organização dentro da COSATU multiplicam o seu poder de luta e podem contar com a solidariedade de milhões de companheiros membros. Igualmente, aqueles que optam por saírem da organização, enfraquecem-se enormemente.

Precisamos expor e combater as manobras deliberadas por parte dos empregadores com a finalidade de promover sindicatos dissidentes, provocar greves desprotegidas e prejudicar a negociação coletiva, como formas de dilacerar a organização dos trabalhadores.

O mundo dos negócios e seus companheiros políticos oportunistas querem jogar a velha estratégia de dividir para conquistar, de forma que possam enfraquecer e reverter vitórias dos trabalhadores e retomar e intensificar a superexploração do trabalho para e acumular lucros ainda maiores.

Reiteramos o apelo feito na nossa Declaração sobre a Crise de Marikana, para a criação de uma Comissão Independente de Inquérito na indústria de mineração, para procure medidas para transformar o setor. A COSATU apoiará plenamente um programa de luta pela distribuição mais equitativa do excedente de trabalhadores de minas, de acordo com a nossa campanha para a equiparação salarial em toda a economia.

IV Criando o nosso próprio `momento Lula': Condução da Segunda Fase da nossa Transição!

O momento Lula começa agora! O 11º Congresso concorda que precisamos direcionar um programa de ação conjunto com os nossos aliados, que projetará a transformação que desejamos. Este Congresso aprova a proposta de um acordo nacional contida na Resolução do Secretariado Político (páginas 45-46), como base para um compromisso com os nossos aliados. O CEC aprimorará este documento. Esta será a nossa principal contribuição para a segunda fase da transição e para o nosso `momento Lula'.

A segunda fase da transição requer que:

O programa do movimento seja claramente inclinado para a classe operária e tenha como base uma plataforma de acordo implementada pelo governo.

Que construamos deliberadamente um Estado intervencionista ativista.

A Aliança liderada pelo CNA constitui o centro do poder estratégico.

A Resolução Política, bem como as propostas dos membros afiliados, propõem uma série de intervenções que precisam ser levadas adiante pela COSATU, juntamente com os nossos aliados, incluindo a mudança efetiva do Estado, para enfrentar os desafios da corrupção, assegurando uma liderança representativa e responsável no movimento, engrossando as fileiras, para construir a unidade política dentro e fora da COSATU, o movimento democrático de massas e desenvolver a Aliança como o motor de transformação.

Além disso, uma matéria específica que o 11º Congresso demanda que seja abordada é a abolição das Províncias. O CEC deve determinar a melhor forma de elaborar essas propostas e levá-las adiante.

Enquanto o país enfrenta sérios desafios, não devemos cair no desespero e sentir que não há nada que possamos fazer. Acontecimentos recentes no Brasil e outros países latino-americanos têm mostrado na prática que as políticas para reduzir a pobreza, criar emprego e acelerar o crescimento econômico podem começar a virar a maré. Essas políticas têm confundido os profetas da desgraça que dizem que não há alternativa ao neoliberalismo, o sistema de livre mercado do capitalismo, que é baseado na superexploração dos trabalhadores e está no centro da nossa crise de desemprego, da pobreza e da desigualdade. É claro que as políticas implantadas no Brasil não podem ser aplicadas mecanicamente na África do Sul, mas dão-nos a esperança de que há uma alternativa.

A COSATU sai deste 11º Congresso mais forte e unida do que nunca. Este Parlamento de Trabalhadores reelegeu, por unanimidade, a Direção Nacional para os próximos três anos. Comprometemo-nos a apoiar a direção coletiva da COSATU na execução efetiva deste programa radical de ação que hoje foi aprovado em acordo.

Agora é o nosso momento!
Aproveite o dia!
A luta continua!